

PROJETO ALFABETIZAÇÃO: ALFABETIZAR TAMBÉM É INCLUIR

Deise Iara MENSCH²³¹; Carla R. H. BARCELLOS²³²; Silvana Sara Schulz MARTINS²³³

²³¹Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal e Estadual de Ensino de Ijuí. Professora da Rede Municipal de Ensino de Ijuí. Secretária Municipal de Educação de Ijuí; Mestranda em Mestrado Profissional em Educação pela UNESP, Pós-Graduada em TICS pela UFSM/RS. Pós-Graduada em Orientação, Supervisão e Gestão Escolar pela UNINTER; Licenciada e Bacharel em Educação Física pela UNIJUI/RS; ²³²Professora da Rede Municipal de Ensino de Ijuí, Licenciada em Geografia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ; Pós-graduada em TIC's pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e, Pós-Graduada em Coordenação e Supervisão Escolar pela Universidade Cândido Mendes; ²³³Professora da Rede Municipal de Ensino de Ijuí, Licenciada em Pedagogia pela UNIJUI/RS.

E-mails: deise.mensch@gmail.com; carlaebarcellos@gmail.com; silvanamartins51@hotmail.com

O presente projeto surge com o esforço de corrigir a distorção escolar, visto que um número significativo de alunos apresenta dificuldades de aprendizagem ou mesmo não se alfabetizaram. Tendo em vista que cada aluno tem um ritmo de aprendizagem, bastante particular e que precisa ser observado, é fundamental planejar ações bem ajustadas às características e necessidades de cada um, sendo assim, com olhar inclusivo. Diante dessas inquietações a escola iniciou o projeto “Alfabetização”, já que no diagnóstico constatou-se que de um número de 60 alunos matriculados do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental, destes, 5

alunos não estão alfabetizados, o que corresponde a 8,33% do total. Neste percentual, verificou-se que esses alunos matriculados ainda não se alfabetizaram o que dificulta a autonomia na aprendizagem para acompanhar as aulas dos diferentes componentes curriculares, tanto no 5º ano como nos anos finais. Com essa realidade de alto índice de alunos não alfabetizados sem o domínio da leitura e escrita, linguagens imprescindíveis na escola e na vida social, surgem as inquietações: Como integrar e motivar esses alunos nas séries correspondentes se os mesmos não se encontram alfabetizados? Como dar-lhes apoio pedagógico diferenciado? Como motivá-los a permanecer na escola já que não se sentem inseridos intelectualmente no desenvolvimento das aulas? Como garantir cidadania ao sujeito em fase de aprendizagem frente ao fracasso escolar? A metodologia utilizada para a alfabetização com esse grupo de alunos é a metodologia alfabética, silábica e fônica, conforme a necessidade dos alunos. As aulas acontecem duas vezes por semana, no turno da manhã, sendo 4 horas de aulas semanais. O projeto conta com uma professora Alfabetizadora, que atende 5 alunos que ainda não estão alfabetizados. São 2 alunos do 5º ano do ensino fundamental, 2 alunos do 6º ano e 1 aluno do 7º ano do Ensino Fundamental. Destes, apenas 2 são laudados com CID F70. A professora trabalha individualmente com cada aluno, conforme suas necessidades e características, pois após diagnóstico observou-se níveis diferentes de aprendizagem dos alunos, pré-silábico, silábico e silábico-alfabético (FERREIRO E TEBEROSKY, 2006), como também fora da faixa etária recomendada para o ano. A análise revelou que o fato de alguns alunos já estarem na adolescência, torna-os naturalmente retraídos, menos participativos nas atividades propostas, impedindo que avancem nas suas aprendizagens. Não saber ler agrava o problema fazendo-os sentirem-se incapazes de aprender. É necessário dar uma nova configuração as suas existências, instigando-os a transformar essa realidade. Considerar as múltiplas dimensões de cada aluno, nos aspectos afetivos, cognitivos e psicológicos, evidencia-se como um

grande desafio para o alfabetizador, já que precisa recuperar a autoestima do aluno para alcançar sucesso na aprendizagem, fazendo-o compreender que é por meio da leitura e da escrita que terá plena participação no meio social. O projeto está no início, e neste curto período já pode ser observados avanços. Aguardamos os futuros resultados positivos na alfabetização dessas crianças, na sua inclusão e nas aprendizagens diversas e necessárias dos diferentes componentes curriculares.

Obras consultadas

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL, Lei de nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 13 mai. 2019.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. Maria do Rosário Longo Mortatti. São Paulo: UNESP, 2004.